



COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

REQUERIMENTO Nº DE 2009
(Do Sr. WILSON BRAGA)

Requer a realização de Audiência Pública a ser realizada na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, com o objetivo de discutir a matéria contida no Decreto nº 6.959, de 15 de setembro de 2009, que estabelece limite financeiro para o PAA/Leite.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do artigo 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, ouvido o Plenário desta Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, a Audiência Pública, em data a ser agendada para o mais breve possível, com o objetivo de discutir matéria referente ao limite do teto financeiro estabelecido pelo Decreto nº 6.959, de 15 de setembro de 2009, art.5º, VI, que limita em R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) por semestre o fornecimento do pequeno agricultor, e que obriga ao agricultor familiar um fornecimento máximo de 30 litros de leite/dia, o que contraria o que preconiza os normativos do Programa para o produtor fornecer até 100 litros de leite,

Solicito, outrossim, que seja convidado a debater o tema o Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministro Patrus Ananias, Comitê Gestor do PAA/Leite do MDS, Federação Paraibana de Associações Comunitárias – FEPAC, Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano do Estado da Paraíba – SEDH, Confederação Nacional de Associações de Moradores do Brasil – CONAM BR, Secretaria de Estado da Agricultura do Estado da Paraíba, Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA PB, Conselho Estadual de Saúde do Estado da Paraíba – CES PB.



JUSTIFICAÇÃO

Justifica-se a solicitação desta Audiência Pública tendo em vista que o art. 5º,VI do decreto supracitado contraria o que preconiza o Programa para o produtor fornecer até 100 litros de leite, forçando o pequeno agricultor a não crescer, já que o mesmo implica num fornecimento diário máximo de 30 litros. Esta realidade tem provocado uma evasão dos agricultores familiares produtores de leite do Programa Governamental, que na Paraíba já é da ordem de 35%, diminuindo a oferta de trabalho, emprego para os mesmos e toda a cadeia que fornecem insumos para o agricultor.

Sala das Sessões, em de de 2009.

Deputado WILSON BRAGA